



USP ESALQ – DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO

Veículo: FSP

Data: 26/03/2017

Caderno/Link: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marcos-lisboa/2017/03/1869792-desenvolvimentistas-e-o-papel-do-estado.shtml>

Assunto: Desenvolvimentistas e o papel do Estado

Desenvolvimentistas e o papel do Estado

26/03/2017 © 02h00



O debate frequentemente contrapõe liberais e desenvolvimentistas. Os primeiros defenderiam a menor participação do Estado, na crença de que os mercados seriam capazes de resolver a imensa maioria dos problemas. Os segundos, que o desenvolvimento requer intervenções discricionárias, como a proteção e a concessão de benefícios a empresas ou a setores selecionados pelo setor público.

A contraposição pode agradar a retórica, sobretudo para desqualificar a divergência, mas não ajuda a compreender as razões do debate. Afinal, quem é contra o desenvolvimento?

A economia se beneficia de instituições que garantam o cumprimento dos contratos e das regras existentes. Além disso, há consenso sobre a necessidade de garantir o acesso a alguns serviços universais, como educação e saúde básica.

Certos mercados requerem a intervenção tecnicamente sofisticada por parte do poder público, como no caso da telefonia, da energia, da saúde ou do sistema financeiro, o que resulta nas agências reguladoras.



Políticas públicas são necessárias tanto para reduzir os danos ao meio ambiente quanto para estimular a inovação tecnológica. Em ambos os casos, as decisões de mercado resultam em escolhas socialmente ineficientes. O debate não decorre de divergência sobre a relevância do setor público, mas sim sobre a forma de intervenção.

Alguns economistas são mais cautelosos com as intervenções discricionárias para promover o desenvolvimento. Há casos de sucesso, como na agricultura, que contou com o apoio da Embrapa e da **ESALQ**, entre outras formas de apoio, e resultou em empresas eficientes. Mas também existem diversos casos de fracasso.

Surpreende economistas defenderem as intervenções dos últimos anos sem avaliar o custo de oportunidade dos incentivos concedidos e a sua responsabilidade pela crise recente.

A política pública requer técnica para diagnosticar em que casos e como intervir. Requer também boa governança, caso contrário a sociedade pode se descobrir refém de empresas que não sobrevivem sem a manutenção do subsídio público.

A produção, no Brasil, é penalizada pela complexidade do ambiente institucional e pelos custos fora da fábrica, como a burocracia e os litígios decorrentes da desfuncionalidade da norma legal, sobretudo trabalhistas e tributários. Uma agenda pró-mercado deveria enfatizar a redução desses custos que prejudicam a competitividade do setor produtivo e o crescimento econômico.

O papel do Estado é contribuir para o desenvolvimento, o que não implica proteger empresas. Associar um e outro é confundir políticas pró-mercado com benefícios a grupos de interesse. Não surpreende que tenha dado tão errado. ★ ★ ★

